

IDEOLOGIA E FILOSOFIA NOS CADERNOS DO CÁRCERE

IDEOLOGY AND PHILOSOPHY IN PRISON NOTEBOOKS

IDEOLOGÍA Y FILOSOFÍA EN LOS LIBROS DE PRISIÓN

Thiago Lira¹

Luciana Aliaga²

RESUMO

O conceito de ideologia nos *Quaderni* demarca desde o início de sua aparição uma perspectiva dúplice: 1) a vinculação à noção de filosofia, enquanto pensamento sistemático e reflexivo sobre a história, e 2) articulação aos processos sociais e subjetivos de conformação de visões de mundo e de ação política. A ideologia desempenha, assim, “funções” sociopolíticas tanto na elaboração do pensamento e estabelecimento das verdades vigentes, como também nas exigências práticas dos exercícios de hegemonia para a constituição de um certo tipo de subjetividade política.

PALAVRAS-CHAVE: conformismo, ideologia, subjetividade.

ABSTRACT

The concept of ideology in *Quaderni* demarcates a double perspective from the beginning of its appearance: 1) the connection to the notion of philosophy, as a systematic and reflective thought about history, and 2) articulation with the social and subjective processes of shaping worldviews and political action. The ideology thus performs socio-political “functions” both in the elaboration of the thought and in the establishment of the current truths, as well as in the practical demands of the exercises of hegemony for the constitution of a certain type of political subjectivity.

KEYWORDS: conformism, ideology, subjectivity.

RESUMÉN

El concepto de ideología en *Quaderni* delimita una doble perspectiva desde el inicio de su aparición: 1) la conexión con la noción de filosofía, como pensamiento sistemático y reflexivo sobre la historia, y 2) la articulación con los procesos sociales y subjetivos de conformación de cosmovisiones y visiones del mundo y de acción política. La ideología cumple, así, “funciones” sociopolíticas tanto en la elaboración del pensamiento y en el establecimiento de las verdades vigentes, como en las demandas prácticas de los ejercicios de hegemonía para la constitución de un cierto tipo de subjetividad política.

PALABRAS CLAVE: conformismo, ideología, subjetividad.

FILOSOFIA, IDEOLOGIA E HEGEMONIA

Um conjunto expressivo de reflexões sobre o conceito de ideologia se desenvolvem nos *Quaderni del Carcere* no interior das notas que tratam de temas relativos à hegemonia, mediante uma vinculação entre ideologia e filosofia, que Gramsci estabelece desde 1930 (Q.1, §132). Para o comunista italiano, a filosofia não se define unicamente a partir do pensamento individual, nem tampouco por grupos de intelectuais e suas escolas filosóficas. Ao contrário, a história da filosofia é, concretamente, “a história das tentativas e das iniciativas ideológicas de uma determinada classe de pessoas para mudar, corrigir, aperfeiçoar as concepções de mundo existentes em uma determinada época”. Neste sentido, as filosofias, como concepções de mundo, estão intrinsecamente ligadas à conformação e mudança das “normas de conduta” (Q.10/II, §17, p. 1255). Nessa passagem, elaborada em junho de 1932, Gramsci salienta que o preponderante de uma concepção de mundo não é, como se pensa, apenas o estudo “da história e da lógica das diversas filosofias dos filósofos” (idem, p. 1255). O que interessa para Gramsci, em termos de orientação metodológica, são as concepções de mundo das grandes massas e a filosofia de uma época. Neste sentido, não se pode considerar as ideologias como meras aparências enganadoras, como superestruturas destacadas da concretude da história e da economia. Destarte,

É filosofia a concepção do mundo que representa a vida intelectual e moral (catarse de uma determinada vida prática) de todo um grupo social concebido em movimento e considerado, conseqüentemente, não apenas em seus interesses atuais e imediatos, mas também nos futuros e mediatos; é ideologia toda concepção particular dos grupos internos da classe que se propõem de ajudar a resolver problemas imediatos e restritos. *Mas, para as grandes massas da população governada e dirigida, a filosofia ou religião do grupo dirigente e dos seus intelectuais apresenta-se sempre como fanatismo e superstição, como motivo ideológico próprio de uma massa servil. E o grupo dirigente não se propõe, talvez, perpetuar este estado de coisas?* (Q.10/I, §10, p. 1231, grifos nossos).

Uma análise detida da rede de conceitos dos *Quaderni* nos mostra que a filosofia para Gramsci possui diferentes “dimensões” e sentidos, de acordo com as relações sociais em que está inserida e os sujeitos que a mobilizam. Um primeiro sentido que gostaríamos de destacar é, talvez, o mais simples e corrente, a filosofia enquanto “Filosofia dos filósofos” (no sentido da disciplina acadêmica, Filosofia catedrática), como aquela que acompanha a história humana desde a Antiguidade. Isto é, a Filosofia como concepção de mundo, consolidada historicamente pelas escolas de pensadores, é entendida como uma atividade exclusiva dos que fomentam a difusão de tais concepções de mundo através das escolas filosóficas (por exemplo, platonismo, aristotelismo, renascimento, entre outras).

Em segundo lugar, encontra-se na obra de Gramsci, como já mencionamos acima, a filosofia de um tempo histórico, que consiste nas concepções hegemônicas de cada período e constitui a cultura vigente, conforme a organização social e as relações de força entre as classes. Essa definição corresponde à atividade filosófica (o conteúdo das visões de mundo hegemônicas), mas também são formas ideológicas (lembrando que: “forças materiais são o conteúdo e as ideologias são a forma, distinção entre forma e conteúdo puramente didática”, Q.7, §21, p. 868). Aqui se inclui também os pensadores menores, as ideologias dos pequenos grupos, enfim, o conjunto do pensamento de uma época histórica.

Neste contexto teórico, a filosofia da práxis é definida como uma filosofia de massas, formulada no movimento de organização das classes subalternas e que se insere nas relações de forças sociais no intuito de tornar-se hegemônica, como concepção de mundo que se torna história, no processo de realização de uma “reforma intelectual e moral”. Na primeira parte do Q.11, numa nota escrita ao longo do ano de 1932, Gramsci mostra que a construção de uma nova hegemonia não passa por demolir meramente o mundo existente para inviabilizar toda cultura anterior. Mas, ao contrário, faz-se necessário um movimento de crítica das concepções de mundo hegemônicas para torná-las instrumentos de ação das massas populares – esse é o diferencial fundamental da filosofia da práxis, que, ao contrário da filosofia tradicional, restrita aos filósofos

especialistas, é fundada a partir da ativação intelectual das classes subalternas, potencialmente capaz de criar uma nova cultura. Ou seja:

Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas “originais”; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, “socializa-las” por assim dizer; e, portanto, transforma-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral. O fato de que uma multidão de homens seja conduzida a pensar coerentemente e de maneira unitária a realidade presente é um fato “filosófico” bem mais importante e “original” do que a descoberta, por parte de um “gênio” filosófico, de uma nova verdade que permaneça como patrimônio de pequenos grupos intelectuais (Q.11/I, §12, p. 1377-78).

Deste modo, não é possível traçar uma definição estanque entre filosofia e ideologia a partir do pensamento gramsciano, ao contrário, o que diferencia a filosofia da ideologia é o seu grau de *elaboração intelectual*: trata-se do grau de distinção que define ambas como concepções de mundo. Assim, enquanto a filosofia pode ser definida como uma concepção de mundo concebida de modo sistemático, capaz de apreender historicamente o conjunto da vida intelectual e moral de uma dada sociedade, as ideologias consistem em vulgarizações filosóficas, que criam formas de conduta e se tornam o elo fundamental para o exercício da hegemonia (Q. 13).

Temos aqui então uma ligação orgânica entre filosofia, ideologia e hegemonia, que se expressa na sociedade contemporânea sob o regime da democracia liberal. Não há, contudo, relação de representação, isto é, consenso ativo, se as classes subalternas absorvem a ideologia dominante de forma subserviente, como “massas servis” (Q.10/I, §10.II, p. 1231). A democracia liberal, portanto, não se assenta sobre uma relação substantiva de representação, mas sobre a produção de obediência por meio de suas formas ideológicas de formação de consenso e passividade ou, pode-se dizer, de conformismo. Em outros termos, para Gramsci a “representação” somente ocorre quando há uma ligação orgânica entre dirigentes e dirigidos, entre intelectuais e simples. Essa problemática traz a lume a impossibilidade de realização da representação numa sociedade de classes, isto é, definida a partir da constituição de dominação de classes,

mantida por meio de processos de conformação passiva das massas subalternas. Diz Gramsci:

Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, é dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivida), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; cria-se o “bloco histórico” (Q.11/VI, §67, p. 1505-06).

O conceito de ideologia torna-se, deste modo, um elo central para a constituição da hegemonia. Ele desempenha a importante função de definição da adesão, de consentimento para que a dominação seja efetivada. Há nos *Quaderni* uma busca, nesse sentido, em reconectar a ideologia à sua gnosiologia, não enfatizando apenas a acepção acrítica ou apassivadora³. Essa conectividade se dá, como já dissemos, pela contestação da concepção meramente superestrutural das ideologias, noção sustentada, entre outros, pelo idealismo, mas que se tornou senso comum de massa, como se a ideologia fosse apenas uma “fantasmagoria”. Gramsci, baseado em sua interpretação de Marx, dá concretude e propõe elementos para uma teoria materialista da ideologia (de caráter gnosiológico e axiológico), como parte integrante da hegemonia, isto é, a ligação entre subjetividade e política, elo entre dominantes e dominados que demanda a produção de conformismo e apatia das massas na sociedade de classes.

A conformação do senso comum se dá no momento em que a classe dominante, ao instaurar sua hegemonia, cria valores culturais novos ou transforma o conjunto de valores de modo a adaptá-los à ética e a política adequada a ela, instituindo uma fé, uma mistificação para os subalternos, característica das religiões dogmáticas. Uma vez instituída como fé dogmática, a visão de mundo se aperfeiçoa e se torna norma incontestável: é assim que a hegemonia cultural naturaliza normas de vida, que ao nível do senso comum aparecem desconectadas da história, de modo transcendente e anti-histórico.

O conformismo se efetua na sociedade de classes a partir, entre outros, da naturalização da dominação, da assimilação das concepções de mundo dominantes como

© Rev. Práxis e Heg Popular	Marília, SP	v.5	n.7	p. 126-141	Dez./2020	eISSN 2526-1843
-----------------------------	-------------	-----	-----	------------	-----------	-----------------

fé, isto é, como se fossem destino ou natureza. Tal assimilação acrítica interdita as possibilidades de construção autônoma e historicizada da ética e da política adequadas as classes subalternas.

O conformismo passivo como realidade histórica, política e ideológica

A problemática do conformismo e da sociedade de massas diz respeito diretamente à reflexão nos *Quaderni* relativa ao conceito de subjetividade na sociedade ocidental, moderna. O sujeito autônomo, ativo e crítico, base de uma nova hegemonia que se constituiria por meio da reforma intelectual e moral, emerge na análise como antítese histórica do conformismo passivo existente na sociedade de classes de regime democrático, mas levado às últimas consequências e aprofundado pelo fascismo.

O fascismo elevou ainda mais o nível de centralização burocrática, já bastante agudo na Itália *risorgimental*. O aparelho de Estado, neste contexto, emergiu como o verdadeiro partido da burguesia, substituiu a hierarquia intelectual e política e absorveu os elementos ativos da massa, evitando, seja pela cooptação, seja pela violência aberta, a constituição de lideranças populares organicamente ligadas às classes subalternas. Deste modo, impediu pela força a constituição da unidade orgânica entre as camadas intelectuais e as massas populares, entre governantes e governados. Na burocratização dos órgãos políticos, sustenta Gramsci, “não existe unidade, mas pântano, superficialmente calmo e ‘mudo’, e não federação, mas ‘saco de batatas’, isto é, justaposição mecânica de ‘unidades’ singulares sem conexão entre si” (Q. 13, § 36, p. 1635).

O fascismo, assim, contribuiu para o aprofundamento da subalternidade das massas apassivadas e para a adesão *fanática* à ideologia dominante. Contudo, essa “adesão fanática”, não refletida e passiva, é ela mesma um fato histórico: o sujeito subalterno assim se constitui, e por isso pode superar sua condição de subalternidade a partir da ação política na história.

Nesta visão historicista, a hegemonia nunca é um processo acabado, como um fato natural eterno e imutável. É nesse sentido que ocorre a conexão entre ideologia,

hegemonia, filosofia, história, como se expressa nesse texto de primeira redação, localizado no Q.10, redigido em agosto de 1932:

(...) a história não se reconstrói com cálculos matemáticos e, ademais, nenhuma força inovadora se realiza imediatamente, *mas sim como racionalidade e irracionalidade, arbítrio e necessidade, como “vida”, isto é, com todas as debilidades e as forças da vida, com suas contradições e suas antíteses* (Q.10, §41.XIV, p. 1326, grifos nossos).

A histórica na concepção gramsciana só pode ser reconstruída mediante o movimento real, que perpassa os processos políticos e as concepções de mundo, com suas filosofias, sentidos comuns e ideologias. Deste modo, a equivalência dos conceitos de história e de filosofia, aplicada metodologicamente ao longo das elaborações de Gramsci, não é fortuita: como ele explica na nota §2 do Q.10, trata-se da identidade já estabelecida por B. Croce, porém elaborada insuficientemente na dialética dos distintos:

Esta proposição de Croce da identidade entre história e filosofia é a mais rica de consequências críticas: 1) ela é mutilada se não chega também à identidade entre história e política (devendo-se entender por política a que se realiza, e não apenas as diversas e repetidas tentativas de realização, algumas das quais, tomadas em si, fracassam); 2) e, conseqüentemente, também a identidade entre política e filosofia (Q.10/II, §2, p.1241-42).

A identidade entre história e filosofia é complementada pela identidade entre história e política, de modo que “não se pode separar a filosofia da história da filosofia, nem a cultura da história da cultura” (Q.11/I, §12, p.1376). Essa observação é fundamental para entender o elo conceitual entre filosofia-ideologia-história-política-cultura, que está na base dos processos de hegemonia. Gramsci então enfatiza que:

No sentido mais imediato e determinado, não se pode ser filósofo – isto é, sem a consciência da própria historicidade, da fase de desenvolvimento por ela representada e do fato de que ela está em contradição com outras concepções

ou com elementos de outras concepções (Q.11/I, §12, p. 1376-77, grifos nossos).

Ao afirmar a identidade entre filosofia e política, Gramsci acrescenta à reflexão sobre como discernir as ideologias entre si, diferença que se dá apenas em *graus*. Por isso, todo pensamento é portador de alguma ideologia. Toda filosofia é, em si mesma, política, na medida em que ela é: 1) historicamente determinada; 2) ideologicamente difusora de uma visão de mundo; 3) politicamente construída por pensadores, que são indissolúvelmente situados num dado período histórico, sendo “homens de seu tempo”, inseridos numa determinada cultura. Ou seja, para o autor dos *Quaderni*, trata-se de uma distinção quantitativa, e não qualitativa:

Mas, se é necessário admitir esta identidade, como é possível distinguir entre as ideologias (iguais, segundo Croce, a instrumentos de ação política) e a filosofia? *Ou seja, a distinção será possível, mas apenas por graus (quantitativamente) e não qualitativamente* (Q.10, §2, p.1241-42, grifos nossos).

Essa passagem do Q.10 não deixa dúvidas sobre o vínculo entre ideologia e filosofia, relação que a tradição idealista (particularmente a filosofia de Croce) buscou se distanciar. Isto é, sendo apenas uma distinção quantitativa, e não qualitativa, as ideologias são expressões, ao mesmo tempo em que integram, a filosofia de um tempo histórico, traduzem ao nível da ação as normas de condutas hegemônicas. Deste modo, a passividade das massas, sua adesão acrítica às visões de mundo dominantes, ou, pode-se dizer, a formação do conformismo não refletido, correspondem a um processo histórico de longa duração, a partir do qual determinadas concepções de mundo se tornam hegemônicas. Neste processo, a relação entre senso comum, ideologia e religião ganham o primeiro plano na constituição das subjetividades.

A constituição subjetiva da hegemonia: senso comum, fé e ideologia

As classes subalternas se encontram às margens da história, como Gramsci registra no Q.25. Isso se deve, para o autor, às relações sociais de forças ao nível da cultura, que universalizam a história dos dominantes, tornando suas concepções de mundo uma segunda natureza, assimilada e reproduzida acriticamente ao longo do tempo. Enquanto a história das classes e grupos subalternos permanece nos subterrâneos, emergindo de forma episódica e fragmentária.

Escrever a história dos subalternos e fazê-la emergir na cultura implicaria, portanto, em incidir nas relações de forças sociais, em romper com os processos de conformação que se dão ao nível do senso comum. Trata-se de criar um novo tipo de conformismo, uma nova civilização, uma vez que “todos somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos” (Q.11/I §12, p. 1376).

Como dissemos anteriormente, criar um novo conformismo, uma nova hegemonia não passa por demolir meramente o mundo existente para inviabilizar toda cultura anterior. Mas, ao contrário, faz-se necessário um movimento de crítica das concepções de mundo hegemônicas, isto é, dos modos de conformação ao *status quo* na sociedade burguesa, que produz um tipo de subjetividade política: a do sujeito resignado, conformado, obediente. A história, neste sentido, longe de poder ser a “história da liberdade” sustentada pelos dominantes (em grande medida apoiados em Hegel e no liberalismo político), consiste na história da luta entre liberdade e autoridade, entre revolução e conservação: ou seja, a disputa por hegemonia, “luta na qual a liberdade e a revolução continuamente prevalecem sobre a autoridade e a conservação” (Q.10, I, §10, p. 1229). Neste sentido, a hegemonia não é uma situação eterna e imutável, mas é marcada propriamente pela luta, pela disputa política e ideológica, intelectual e moral: trata-se de uma luta de hegemonias que ocorre também ao nível das consciências, conectadas (e condicionadas) pelas relações de forças sociais. Nesse sentido, não há ideologias ou visões de mundo neutras: toda filosofia é atravessada pela política de seu tempo.

Ao afirmar a identidade entre história e filosofia, Gramsci polemiza contra o historicismo de Croce e seus representantes, pois além de um caráter metafísico em seu fundamento traduz uma visão de mundo conservadora. Além disso, Croce dissociava sua filosofia do estatuto político, ainda que sua obra se colocasse em favor “do alto”, dos

interesses da burguesia italiana, dos poderosos, e compreendia a história a partir dos povos vencedores. Gramsci, por sua vez, toma as ideologias como “a ‘verdadeira’ filosofia”, já que são elas “que levam as massas à ação concreta, à transformação da realidade” (Q.10/II §2, p. 1242).

Assim, o historicismo integral de Gramsci considera que o passado é o lugar de *referência*, e não de *permanência* do fazer histórico. A divisão entre governantes e governados, nesse sentido, pode, então, ser superada. Sendo as ideologias a verdadeira filosofia, porque traduzem normas de conduta, o conceito de ideologia nos *Quaderni* não só afirma uma identidade com a filosofia e com a história, mas também com a religião, na medida em que toda visão de mundo hegemônica se apoia no elemento de fé, que lhe fornece estabilidade, adesão e crença nas ideologias vigentes.

Toda a discussão sobre ideologia e filosofia nos *Quaderni* engloba não somente a questão do senso comum e da religião, mas também do folclore. O folclore é analisado no Q.27, no qual Gramsci salienta a dimensão erudita, elaborativa, criativa e reflexiva das classes subalternas. Contudo, é um tema que já aparece no Q.11 quando Gramsci relaciona folclore-ideologia-filosofia-senso comum. Isto porque o folclore também está relacionado ao elemento nacional-popular de um povo, à literatura popular, valorizando, nesse sentido, o caráter progressista do que é produzido pelas classes subalternas.

O pensamento dominante trata do folclore sob uma perspectiva pejorativa, um desvalor, por estar vinculado às classes subalternas. O senso comum e o folclore sempre foram considerados pela Filosofia catedrática como esferas de superstições, de preconceitos e de valores reacionários que coadunam no imaginário do folclore. Gramsci mostra que o folclore não engloba apenas a desagregação, a fragmentação e a passividade de grupos, mas também um núcleo de bom senso, passível de se tornar uma filosofia sistematizada e crítica.

Isto porque o folclore trata, ainda, da literatura popular, do potencial imaginário das classes subalternas, de produção e transmissão de conhecimento, ainda não sistematizado e que vem a ser chancelado pela ciência, como os saberes ancestrais. Em suma: as reflexões sobre o folclore suscitam o arsenal cultural de um povo. Ao mesmo tempo, a questão do senso comum levanta outra problemática sobre a atuação das

ideologias: de como as massas mudam de opinião. A esse respeito, Gramsci diz o seguinte, no caderno dedicado ao jornalismo, de 1934:

O senso comum não é algo rígido e imóvel, mas se transforma continuamente, enriquecendo-se com noções científicas e com opiniões filosóficas que penetraram no costume. *O “senso comum” é o folclore da filosofia e ocupa sempre um lugar intermediário entre o folclore propriamente dito e a filosofia, a ciência, a economia dos cientistas. O senso comum cria o futuro folclore, isto é, uma fase relativamente enrijecida dos conhecimentos populares de uma certa época e lugar (Q.24, §4, p. 2271, grifos nossos).*

Esta passagem mostra que o estatuto de anacrônico, desagregado e acrítico atribuído ao senso comum traduz uma concepção de mundo conservadora. Na medida em que o senso comum torna-se o “folclore da filosofia”, as classes subalternas podem se apropriar criticamente do conhecimento sistematizado na forma do pensamento filosófico e científico, o que colabora para subverter as formas de apassivamento e “morfinismo” político pelas quais se mantém a subalternidade de classe. Ou seja:

No que diz respeito às massas populares, que mais dificilmente mudam de concepção e que, em todo caso, jamais a mudam aceitando a nova concepção em sua forma “pura”, por assim dizer, mas – apenas e sempre – como combinação mais ou menos heteróclita e “bizarra (Q.11/I, §12IV, p.1389-90).

Construir uma nova hegemonia, criar um novo conformismo, uma nova forma de civilização, portanto, não significa “guiar” as massas incultas, nem “ensiná-las” a “verdade”. Trata-se da autoemancipação das massas a partir da problematização crítica e da historicização de suas próprias concepções de mundo. A superação da subalternidade e a elaboração de novos sujeitos políticos autônomos, portanto, está intimamente relacionada ao exercício crítico que parte do substrato cultural popular, do próprio senso comum. Nesse processo de crítica das próprias concepções de mundo e de elaboração de um novo sujeito político, o elemento de fé é fundamental, como Gramsci destaca neste trecho do Q.11:

Pode-se concluir que o processo de difusão das novas concepções ocorre por razões políticas, isto é, em última instância, sociais, mais que o elemento formal (a coerência lógica), o elemento de autoridade e o elemento organizativo tem uma função muito grande neste processo tão logo tenha tido lugar a orientação geral, tanto em indivíduos singulares como em grupos numerosos. *Disto se conclui, entretanto, que, nas massas como tais, a filosofia não pode ser vivida senão como uma fé* (Q.11/I, §12IV, p.1389-90, grifos nossos).

Se a superação das concepções acríticas é um imperativo para a criação de uma nova hegemonia, é importante perceber que ela não ocorre de forma atomizada, isto é, não é o indivíduo isolado que descobrirá as verdades escondidas em sua consciência. Pelo contrário, o elemento mais fundamental para que as massas mudem de opinião é a fé, mas, note-se, não se trata aqui da fé confessional, mas da fé nos pressupostos aceitos pelo seu grupo social, nas concepções formuladas e sintetizadas pelos sujeitos investidos de autoridade e respeitados em sua comunidade. Neste sentido, a força da coletividade e as ideias consideradas verdadeiras pelo grupo são determinantes para a reprodução das ideologias e para a ação social. Por essa razão, não se pode negligenciar o papel da organização política e dos intelectuais no processo de criação de uma nova filosofia, uma filosofia de massas que dê suporte a uma nova cultura.

Por isso, a “filosofia dos filósofos” ganha concretude na medida em que se conecta às necessidades reais das camadas subalternas e passa a refletir a história dos vencidos que sempre estiveram “às margens da história”. Por outro lado, a religião, o folclore e o senso comum, que, não se pode negar, abrigam elementos constituintes da subalternidade de classe, também contêm o seu inverso: o potencial crítico e criativo, a possibilidade de constituição de uma concepção autônoma do mundo. Neste sentido, Gramsci supera o preconceito muito difundido de que a filosofia é tarefa de restritas elites, demonstrando que potencialmente “todos os homens são filósofos”:

É preciso, portanto, demonstrar preliminarmente que todos os homens são filósofos, definindo os limites e as características desta filosofia espontânea,

peculiar a todo o mundo, isto é, da filosofia que está contida: 1) na própria linguagem, que é um conjunto de noções e de conceitos determinados e não, simplesmente, de palavras gramaticalmente vazias de conteúdo; 2) no senso comum e no bom senso; 3) na religião popular e, conseqüentemente, em todo o sistema de crenças, superstições, opiniões, modos de ver e de agir que se manifestam naquilo que geralmente se conhece por “folclore” (Q.11/I, §12, p.1375).

Esta compreensão é revolucionária para a história da filosofia, pois ressalta uma concepção ativa das ideologias, de modo que eleva as classes subalternas a sujeitos políticos ativos, com plenas faculdades de exercerem a atividade filosófica de pensamento coerente e crítico. Mostra, ainda, que o jugo e a obediência de classe foram determinados historicamente, já que a separação entre governantes e governados se apoia em processos sociais, econômicos, políticos e ideológicos reiterados ao longo dos séculos. É nesse sentido que Gramsci adverte: quando os sistemas de pensamento deixarem de ser desconhecidos para a grande massa da população, as visões de mundo passarão a ter eficácia direta sobre o modo de pensar e de agir (cf. Q.11/II, §13, p. 1396).

Considerações finais

As conexões entre ideologia e filosofia têm ricas conseqüências teóricas e práticas: ao mostrar que não existe pensamento sem ideologia, Gramsci lembra que toda filosofia tem seu marco histórico, estabelecendo por extensão uma identidade entre história-ideologia-filosofia-política. Tal “unidade-distinção” também vale para a religião, entendida em seu sentido laico, na medida em que toda ideologia coloca em ação as normas de conduta implícitas nas diferentes visões de mundo em luta na esfera da cultura.

Com isso, torna-se evidente que a ideologia pressupõe, em maior ou menor escala, algum tipo de conformismo, ao qual todo sujeito social adere consciente ou inconscientemente. Contudo, a questão problematizada aqui é: que tipo de conformismo? Um conformismo servil, passivo, obediente e fadado ao jugo, ou um novo conformismo,

elaborado criticamente por uma vontade ativa da massa, que permita a superação das visões de mundo dominantes?

As visões de mundo se perpetuam por meio das relações sociais de força, por mecanismos que perpassam processos de formulação do consenso e de exercício da força, seja mediante violência aberta, seja através da cooptação e desorganização das classes subalternas. Ao nível do senso comum, contudo, os processos sociais e políticos, via de regra, são recobertos por um véu naturalizável, que se apega à ordem e a sustenta. Deste modo, a hegemonia burguesa torna-se uma realidade inescapável na percepção dos subalternos, assim como a conformação à ordem aparece como uma situação natural e perene.

Por isso, a análise da relação entre filosofia e ideologia mostra que estes são elementos fundamentais da filosofia da práxis, uma filosofia de massa que tem como pressuposto a compreensão de que “todos os homens são filósofos”, potencialmente capazes de criar uma nova cultura, um novo tipo de sujeito, que reconhece que todos são aptos ao pensamento crítico e criativo. Porém, para isso o mais importante não consiste em “fazer individualmente descobertas ‘originais’” (Q.11/I, §12, p. 1377-78): Gramsci considera que é preciso elevar a filosofia à sua terrenalidade (Q.10/II, §31), a sua imanência absoluta. Isto significa dizer que ao formular de modo autônomo e coletivo uma filosofia de massas, torna-se possível a criação de uma nova cultura, uma nova hegemonia. Portanto, esse processo transforma a filosofia e a ideologia popular em “base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral” (Q.11/I, §12, p. 1377-78).

REFERÊNCIAS

ALIAGA, Luciana. **Gramsci e Pareto: ciência, história e revolução**. Curitiba: Appris, 2017.

FRANCIONI, Gianni. **L’Officina Gramsciana: Ipotesi sulla struttura dei “Quaderni del Carcere”**. Nápoles: Bibliopolis, 1984.

© Rev. Práxis e Heg Popular	Marília, SP	v.5	n.7	p. 126-141	Dez./2020	eISSN 2526-1843
-----------------------------	-------------	-----	-----	------------	-----------	-----------------

FROSINI, Fabio. “Benedetto Croce” in PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos; ARECO, Sabrina. **Gramsci e seus contemporâneos**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2016.

_____. “Filosofia” [verbetes] in LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017. [versão epub]

_____. **Ideologia em Marx e em Gramsci**. Revista Educação e Filosofia Uberlândia, v. 28, n. 56, p. 559-582, jul./dez. 2014.

_____. **La religione dell’uomo moderno**. Roma: DeriveApprodi, 2010.

GERRATANA, V. “Apparato critico”, in GRAMSCI, A. **Quaderni del Carcere**, v. 4, Torino: Einaudi, 2007.

_____. “Metodologia” e “metódico/metodológico” [verbetes] in LIGUORI, Guido; VOZA, Pasquale. **Dicionário gramsciano**. São Paulo: Boitempo, 2017. [versão epub]

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. 6 vols. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

_____. **Quaderni del carcere**. Edizione critica dell’Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Turim: Giulio Einaudi, 1977.

HEGEL, F. W. **Fenomenologia do Espírito**. 2ª ed.. Petrópolis: Vozes, 1988.

_____. **A razão na história: uma introdução geral à filosofia da história.** Trad. de Beatriz Sidou. 2ª ed.. São Paulo: Centauro, 2004.

NOTAS

¹ Doutorando em Filosofia Prática pela UFPB.

² Professora Adjunta do Departamento de Ciências Sociais na UFPB.

³ A dimensão axiológica já havia sido ressaltada por Marx, visto que a ideologia dominante tem, nos escritos marxianos, um impacto nos valores e no comportamento dos sujeitos.

Recebido em 22 de outubro de 2020

Aceito em 22 de dezembro de 2020

Editado em abril de 2021